

A AULA DE ANÁLISE LINGÜÍSTICA NO CONTEXTO DOS GÊNEROS TEXTUAIS

*Márcia Teixeira Nogueira**

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: PRESSUPOSTOS FUNCIONALISTAS

No paradigma funcional, concebe-se a linguagem como instrumento de interação social entre os seres humanos, usado com a intenção de estabelecer interações comunicativas. Isso significa dizer que há um sistema subjacente às expressões lingüísticas, sistema esse de natureza funcional. Cabe, ao lingüista, investigar por que uma expressão lingüística é utilizada de uma determinada maneira, dadas as funções comunicativas que realiza. (Dik: 1989, 6). Desse modo, assume-se, a existência de uma relação não-arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua, o funcional, e a sistematicidade da estrutura da língua, a gramática. (MACKENZIE: 1992).

Para Dik, o usuário tem papel central numa abordagem funcionalista, uma vez que a investigação deve voltar-se para o intuito de explicitar como falantes comunicam-se uns com os outros de forma eficiente, por meio da expressão lingüística. A Gramática Funcional de Dik consiste numa teoria geral sobre a organização gramatical das línguas e se integra, como subcomponente, numa teoria do "usuário da língua natural". Assim, para Dik, uma descrição lingüística não pode prescindir da referência ao falante e ao destinatário, seus papéis e estatutos na situação de interação. A expressão lingüística é vista, dessa forma, apenas como uma mediação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário. Voltando-se para o usuário da língua, a Gramática Funcional de Dik considera não apenas a capacidade lingüística de produzir e interpretar corretamente as expressões lingüísticas em diferentes situações de comunicação, mas a capacidade epistêmica, por meio da qual o usuário constrói, mantém e explora uma base de conhecimento organizado; a capacidade lógica, que possibilita o emprego de regras de raciocínio para a extração de novos conhecimentos a partir de conhecimentos prévios; a capacidade perceptual, mediante a qual o usuário percebe seu ambiente e dele deriva conhecimentos; e a capacidade social, que determina o uso da linguagem em conformidade com o interlocutor, a situação e os objetivos comunicativos.

Outra característica importante do paradigma funcionalista consiste na proposta de uma integração dos componentes ou níveis de análise, ou seja, da existência de uma sistematicidade entre os domínios funcionais da sintaxe, da semântica e da pragmática. Segundo Dik (1989: 8), a semântica deve ser vista como instrumental em relação à pragmática, e a sintaxe, como instrumental em relação à semântica. No modelo teórico da Gramática Funcional, a relação entre os diferentes componentes da organização lingüística tem a pragmática como um componente que comanda os estudos sobre os aspectos

* Professora da Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Ceará.

sintáticos e semânticos. Desse modo, os aspectos pragmáticos não são considerados apenas como meros acréscimos às descrições feitas, isoladamente, sobre os aspectos sintáticos e semânticos da expressão lingüística.

O paradigma funcionalista também se distingue pelo tratamento não-discreto das categorias. Os estudos funcionalistas não buscam a atribuição inequívoca de rótulos categóricos a itens, construções ou processos lingüísticos. Em vez disso, assumem e investigam a fluidez das categorias, por levarem em consideração as pressões dos usos sobre o sistema gramatical.

2. IMPLICAÇÕES FUNCIONALISTAS NO ENSINO DA ANÁLISE LINGÜÍSTICA

Não são poucos os estudos que apontam para a necessidade de se renovar o ensino da língua materna, particularmente no que diz respeito ao tratamento da gramática (NEVES: 1990, 2000, 2002, 2003; TRAVAGLIA: 1995; ANTUNES: 2003, entre outros). A insatisfação com um ensino estéril de normas, regras e exceções, colocou a disciplina gramatical em desprestígio e sob ameaça de extinção.

Atualmente, a dúvida sobre a necessidade de se ensinar gramática, que supponho ter emergido das diferenças entre lingüistas e gramáticos, entre lingüistas do sistema e analistas do discurso, deu lugar a reflexões sobre que conteúdos e que meios o ensino de análise lingüística (tal como se referem os PCNs) deve privilegiar para que possa efetivamente contribuir para a ampliação da competência comunicativa nos mais diferentes usos que alguém faça da língua materna.

Parece ser ponto pacífico a crítica contra a preocupação excessiva com o ensino da metalinguagem, a ênfase dada à memorização, à prática de exercícios de natureza puramente taxionômica. Entre os estudiosos que se interessam pelo tema, por exemplo, é recorrente a recomendação de que as análises evitem frases descontextualizadas, isto é, que as regularidades lingüísticas devem ser investigadas no uso concreto da língua, em amostras reais de textos orais e escritos. Enfim, o ensino de gramática reencontrou seu lugar ao privilegiar o uso efetivo da língua em diferentes contextos e para obtenção de certos efeitos de sentido. Por esses consensos em torno do tema “ensino de gramática”, parece indiscutível a relevância de uma abordagem funcionalista para as aulas de análise lingüística nos ensino fundamental e médio.

2.1. A ANÁLISE LINGÜÍSTICA NO CONTEXTO DOS GÊNEROS

Segundo Bakhtin (1997: 279), a utilização da língua, em várias esferas da atividade humana, se efetiva por meio de enunciados orais ou escritos, concretos e únicos, que refletem, as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, de forma indissolúvel, pelo conteúdo (temático), pelo estilo verbal (isto é, pela seleção operada nos recursos da língua) e pela construção composicional. Para Bakhtin (1997: 279), os gêneros do discurso podem ser vistos como *tipos relativamente estáveis de enunciados* associados a cada esfera de utilização da língua. Isso significa dizer que, de algum modo, os aspectos

pelos quais os enunciados se caracterizam ganham uma *estabilidade relativa* quando associados aos gêneros a que pertencem.

Para Swales (1990: 58), um gênero consiste em uma classe de eventos comunicativos que compartilham alguns propósitos comunicativos reconhecidos pelos membros da comunidade discursiva e que constituem o fundamento do gênero. Tais propósitos organizam a estrutura esquemática do discurso, influenciam e restringem as escolhas de conteúdo e estilo. Os exemplares de um gênero exibem padrões de similaridade em termos de estrutura, estilo, conteúdo e audiência pretendida. Se um exemplar apresenta todas as características esperadas pelos membros da comunidade, então ele é visto como protótipo dessa categoria de gênero.

Se um gênero também se caracteriza pelas opções no plano da expressão lingüística, que se encontram estreitamente condicionadas por seus propósitos comunicativos, a aula de análise lingüística deve oferecer, a partir de amostras reais de textos, uma oportunidade para as reflexões que busquem estabelecer relações de base funcional entre tais opções e as propriedades socialmente reconhecidas dos diferentes gêneros.

A proposta que aqui se faz de um ensino de análise lingüística que considere os condicionamentos genéricos deve ser acompanhada, pelo menos, de duas ressalvas. Em primeiro lugar, a identificação de relações funcionais embasadas nos propósitos dos gêneros deve recair, não sobre traços, mas sobre processos lingüísticos (tais como predicação, referenciação, modalização, etc), por natureza dinâmicos, multifuncionais e estratégicos na construção dos sentidos. Desse modo, não se propõe aqui uma caracterização dos gêneros a partir de listas de referência a traços, itens ou construções identificados no plano estritamente formal, o que consistiria em uma simplificação demasiada das escolhas lingüísticas em cada ponto do discurso. Em segundo lugar, uma vez interpretadas, tais escolhas não devem ser generalizadas para todos os exemplares de uma categoria de gênero, em um “engessamento” que, de todo, contrariaria a sugestão que aqui se faz de uma aula de análise lingüística pautada, sobretudo, na reflexão sobre o uso da língua.

3. UMA ANÁLISE LINGÜÍSTICA FUNCIONALMENTE ORIENTADA: A APOSIÇÃO EM DIFERENTES GÊNEROS TEXTUAIS

Um dos tipos de construção que, apesar de sua natureza multifuncional, tem recebido pouquíssima atenção nas gramáticas e no ensino tradicional de gramática é o chamado "aposto". Estudado apenas com o propósito de uma análise sintática de natureza estritamente taxionômica, isto é, que não transcende os objetivos de identificar e classificar esse termo nos limites da sentença, o aposto cumpre importantes funções textual-discursivas condicionadas pelos propósitos enunciativos dos gêneros em que é usado.

Em pesquisa sobre o uso de construções apositivas em diferentes gêneros (Nogueira: 2004), foi possível perceber que as funções associadas a tais construções se diferenciam em termos de recorrência. Isso significa dizer que constitui uma simplificação inútil referir, como um “traço lingüístico”, a mera presença de aposições para caracterizar um determinado gênero, se o uso de tal construção, nesse gênero, não for considerado sob uma perspectiva funcional.

Entre os gêneros jornalísticos, por exemplo, identifica-se, na notícia, o predomínio de expressões apositivas como estratégia de referência anafórica que podemos designar como uma *refocalização*. Tal uso permite o aporte de informações sobre os referentes discursivos sem uma estrutura de predicação verbal. Desse modo, constitui expediente para acrescentar, cumulativamente, propriedades dos referentes discursivos, e, por esse motivo, serve, particularmente nos textos noticiosos, aos propósitos de condensação da informação, isto é, de construção da informatividade em um texto conciso. As expressões apositivas funcionam como *paráfrases referenciais* ou, nos termos de Meyer (1992), como uma estratégia de *reorientação*. Nessas reformulações, o autor reapresenta o referente da primeira unidade apositiva de uma perspectiva diferente. A segunda unidade é, portanto, uma designação alternativa de um referente que já faz parte do universo do discurso, em geral evocando-lhe alguma característica, por meio de uma perífrase.

Em (01), ilustra-se um emprego bastante freqüente em notícias e reportagens:

(01) *José Luiz Sampaio, o Zé da Luz*, acaba de assumir a prefeitura do município Pernambuco de Caetés – que era distrito de Garanhuns quando Lula nasceu – para administrar um orçamento mensal de 500.000 reais. (famnrev-gj)

A primeira designação que o referente discursivo recebe corresponde ao próprio registro, ainda que não seja essa a designação mais apropriada para o propósito de favorecimento da atribuição de referência. Em seguida, como segunda unidade de uma construção apositiva, emprega-se um cognome pelo qual o referente é mais conhecido, promovendo, dessa forma, a sua identificação. Em (01), o referente discursivo é apresentado na primeira unidade da construção por um nome próprio atual, mas é a segunda unidade, um nome próprio anterior e, supostamente, mais conhecido, que busca recuperar, da memória de longo termo do leitor, a identidade deste referente.

Um outro uso de construções apositivas bastante comum em textos noticiosos para os quais dever-se-ia chamar a atenção encontra-se ilustrado em (02):

(02) *Estudante no Recife*, Sampaio só fica na cidade uma parte da semana, mas recebe todo o salário de 3 500 reais. (famnrev-gj)

Trata-se de uma expressão apositiva que antecipa uma predicação a um referente discursivo especificado na segunda unidade. Além de funcionar como atributo do referente designado pela expressão referencial que o segue, esse tipo de aposto, designado em algumas gramáticas de língua portuguesa como *aposto circunstancial*, tem, às vezes, o seu valor argumentativo acrescido de um *realce*, nos termos de Halliday (1985), em geral, de causa e concessão.

Contrariamente ao que se verifica nos textos noticiosos, o uso de construções apositivas como estratégia de referência catafórica, ou de *focalização*, é bastante mais freqüente em artigos de opinião e em editoriais, tal como se ilustra, respectivamente, em (03) e (04):

(03) Nadando contra a corrente das idéias predominantes na medicina tradicional, quero erguer minha voz contra *o que considero uma imposição impiedosa e indefensável no mundo moderno: as vacinas*. (aorev-gj)

(04) Enquanto a nação assiste, perplexa, a uma das mais maiores crises morais por que já passou o Brasil, a ela se somam *dois outros graves problemas de caráter administrativo, que caminham na direção de tornar ainda mais difícil a vida do brasileiro: a escassez de energia elétrica e o possível retorno a altas taxas de inflação*. (detedj-gj)

O artigo de opinião é o lugar da defesa de pontos de vista diversos. Desse modo, como importante recurso de orientação argumentativa, esse tipo de estratégia caracteriza-se pela utilização de uma expressão que antecipa axiologicamente o que será informado no segmento seguinte.

Se nos artigos de opinião o uso de construções apositivas com função de focalização já é significativo, nos editoriais, ele é bastante expressivo. É por meio desse expediente que o autor chama a atenção dos leitores para as matérias tratadas nos jornais e revistas:

Nos gêneros acadêmicos, o uso de construções apositivas está marcadamente relacionado à função de reformulação textual. Por meio de uma expressão apositiva, o autor retoma o conteúdo formulado na primeira unidade, parafraseando-o ou retificando-o para facilitar a compreensão por parte do leitor.

Nos textos acadêmicos, incluindo os de natureza técnica ou didática, são bastante freqüentes as construções apositivas que cumprem funções de paráfrases de conteúdos proposicionais, de redenominação, de explicação definidora, etc. Mais do que meramente identificar tais construções nos textos, cumpre oportunizar reflexões sobre a importância que o uso delas representa para a veiculação precisa de conceitos, que constitui o propósito desses gêneros. Além disso, por meio de uma paráfrase, o sentido de um segmento discursivo anterior é retomado na forma de algum tipo de comentário que representa, na verdade, uma orientação argumentativa fornecida pelo autor para a interpretação desse conteúdo.

(05) os constrangimentos da “conexão eleitoral” ou da competição política levariam à irresponsabilidade fiscal e a uma “política macroeconômica populista”. *Ou seja, os governantes “não poderiam dizer não” para não pôr em risco sua sobrevivência política*.(Polac-ga)

Com a função de redenominação, a expressão apositiva se caracteriza como um procedimento metalingüístico de busca de uma expressão mais apropriada para designar um conteúdo. Em geral, trata-se de uma expressão sinônima é empregada com o intuito de fornecer um termo mais familiar, mais técnico, ou a tradução de uma palavra em língua estrangeira:

(06) Nas Guianas, os assentamentos não são apenas considerados politicamente autônomos e economicamente auto-suficientes, mas são também idealmente tomados como demograficamente auto-sustentáveis *ou, em outras palavras, endogâmicos*. (Predac-ga)

Por meio de uma expressão apositiva como explicação definidora, o autor esclarece o significado de palavras ou expressões empregadas na primeira unidade da construção apositiva:

(07) Ficam de fora todos os cargos preenchidos por eleição majoritária, bem como aqueles “de confiança”, *isto é, os escalões preenchidos por critérios políticos no Executivo.* (Femac-ga)

Nos anúncios publicitários, também é significativo o uso de construções apositivas como estratégia de referenciação catafórica, ou de focalização, tal como se vê em (08):

(08) Conseguimos reunir *os seus dois maiores desejos: um Honda Civic e os juro.* (Hondajor-gp)

Nas referenciações como as do exemplo (08), o referente discursivo é introduzido, na primeira unidade, por meio de uma estratégia categorização metafórica. Similares às estratégias de rotulação descritas por Francis (1994), as nominalizações, isto é, processos pelos quais uma expressão antecipa e organiza o conteúdo proposicional de um segmento discursivo objetivando caracterizá-lo segundo a avaliação do autor, são também comuns nas construções apositivas com referenciação catafórica. No exemplo (09), tem-se um encapsulamento a partir de um pronome indefinido que institui como referente o conteúdo proposicional da oração a seguir:

(09) Grandes empresas como Coca-Cola, Nike e Varig têm *algo em comum: todas já foram pequenas empresas um dia.* (Sebrajor-gp)

Já o uso de construções apositivas como estratégia de refocalização nos anúncios caracteriza-se como uma reorientação avaliativa típica desse gênero:

(10) Tome Magris – *o emagrecedor que emagrece...de verdade.* (Magrajor-gp)

(11) Superson, *o presente certo para toda mulher.* (superajor-gp)

Nota-se, nos exemplos acima, que o uso de uma expressão referencial definida como segunda unidade da construção apositiva sugere que o referente designado na primeira (o produto ou serviço anunciado) é o único no mercado com as características desejadas pelos consumidores. Além disso, a aposição, uma predicação sem verbo, garante concisão e precisão necessárias ao apelo de um anúncio publicitário.

Com essa breve exposição, pretendeu-se mostrar que a construção apositiva não-restritiva, estudada em poucas aulas de análise sintática, constitui um mecanismo textual-discursivo que cumpre relevante papel como estratégia textualizadora. Além disso, quando considerada, simultaneamente, em suas formas e funções, esse tipo de construção revela muito das características de determinados gêneros textuais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É consenso que as aulas de gramática não devem resumir-se à exercitação de uma metalinguagem, com insistência na prática classificatória de atribuir rótulos categóricos a itens e construções. Também não é lugar para a memorização de regras e exceções, nem tampouco para os exercícios estruturais de repetição, transformação, etc, em comandos de “siga o modelo”.

A aula de análise lingüística deveriam caracterizar-se, sobretudo, pela prática da reflexão metalingüística em que a atenção dos alunos se volte para a interpretação das expressões lingüísticas como opções dos falantes no contexto de interações verbais legítimas. Como a construção apositiva, há muitas outras formulações lingüísticas cuja contribuição para a produção de sentido não deveria ser desprezada nas aulas de gramática (construções de voz, clivagens, modalizadores, etc).

Parece-nos que, dessa forma, se estabelece uma via de mão-dupla, em que os condicionamentos genéricos ampliam as possibilidades interpretativas que levam ao reconhecimento da gramática como um sistema de natureza multifuncional e é maior a probabilidade de que esse reconhecimento contribua para melhorar o desempenho no uso da língua como prática discursiva nas diferentes esferas de atuação social.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. Martins Fontes: São Paulo, 1997.
- DIK, C. S. **The Theory of Functional Grammar**. Dordrecht-Holland/Providence RI -USA: Foris Publications, 1989.
- FRANCIS, G. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. *In: COULTHARD, M. (org). Advances in written text analysis*. Londres: Routledge, 1994, pp. 83-101.
- HALLYDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. Baltimore: Edward Arnold, 1985
- MACKENZIE, J.L. **What is Functional Grammar?** Comunicação apresentada no XX^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes. Zürich, Suisse, MS, 1992.
- MEYER, C. F. **Apposition in contemporary english**. New York: Cambridge University Press, 1992
- NEVES, M.H. M. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 1990.
- _____. **A gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- _____. A gramática: conhecimento e ensino. *In: AZEREDO, José C. Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo, Editora UNESP, 2002.
- _____. **Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2003.

NOGUEIRA, M. T. **A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil**. Araraquara-SP, 240p. Tese de Doutorado. UNESP-Araraquara-SP, 1999.

_____. **Construções apositivas e estratégias de formulação textual**. Fortaleza-Ce. Relatório de pesquisa, UFC, 2004.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1 e 2 graus**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SWALES, J. **Genre analysis: english in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.